Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 16 de julho de 2015

Ata N.º 18

No dia dezasseis de julho de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta e nove minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

PONTO DOIS – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: FIT - Fomento da Indústria do Tomate, S.A.; Procº E-288/59; Local: Águas de Moura

A Mesa foi constituída pela sua Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Fernandes Lagarto;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;

- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:.

- O **Sr. José Carlos Matias de Sousa, do PS,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente;
- A **Sra. Teresa Marta de Oliveira dos Santos Joaquim, do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão por estar ausente do país, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio** que se encontrava presente;
- O **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo**,** fez-se substituir pelo **Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade**, Tesoureiro da Junta, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS** e **Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me que comece por cumprimentar respeitosamente V.Exa. assim como os restantes membros da Mesa da Assembleia, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Munícipes, Comunicação Social, o Sr. Presidente da Palmela Desporto que também saúdo e os trabalhadores do Município aqui presentes.

Com efeito esta primeira proposta concerne o Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto. Nos considerandos são destacados os principais aspetos que constituem o fundamento desta proposta, desde logo o facto de no âmbito da política para a gestão dos seus equipamentos desportivos ter sido concretizada também uma outra política de programas com fins educativos, desportivos e sociais de modo a possibilitarem o maior número de pessoas e de instituições educativas, desportivas e sociais, em especial às que se situam no território do concelho, a utilização dos quatros equipamentos desportivos municipais sob gestão da Palmela Desporto, e, consequentemente, também com o objetivo aumentar o número de praticantes desportivos e sobretudo o usufruto de exercício e elevar o nível desportivo e de saúde no concelho.

Estas funções sociais também estão cometidas à Palmela Desporto e têm, como consequência, alguns custos que justificam a comparticipação financeira do Município a título de indemnização compensatória (ou subsídio à exploração).

A primeira experiência de funcionamento desta parceria por época desportiva, recordo vigorou entre setembro de 2014 e estende-se até agosto de 2015, mereceu uma avaliação positiva de ambas as partes, e,

desta forma, para que a Palmela Desporto possa planificar melhor a sua intervenção e corresponder ao que a autarquia e a comunidade esperam dela, propõe-se aumentar este período para duas épocas desportivas e, portanto, estender este contrato-programa e esta colaboração para esse período temporal.

Após aprovação pela Câmara Municipal pretende-se que a Assembleia possa deliberar no mesmo sentido.

Entretanto permitir-me-ia, ainda, destacar alguns aspetos do contrato-programa anexo à proposta. Desde logo as questões atinentes ao objeto do contrato, o fundamento, a prossecução da missão do primeiro outorgante e do interesse público decorrentes da prática de preços inferiores, em média, aos praticados no mercado, descontos aplicados no âmbito da política de responsabilidade social do segundo outorgante nos quatro equipamentos municipais sob sua gestão.

Um aspeto importantíssimo para nós, porque é assim que funciona, foram aprovadas orientações estratégicas pela Câmara Municipal para o mandato 2013/2017 e, obviamente, o Conselho de Gestão está vinculado ao cumprimento dessas orientações estratégicas sempre passíveis de atualização mas para já estão bem definidas. Depois foram definidos os custos para a gestão destes quatro equipamentos e para a parceria no processo de desenvolvimento desportivo e educativo local. Dizer também que não há propriamente acréscimo da previsão da comparticipação anual prevista e que está devidamente previsto para efeitos de cabimentação nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento 2015/2018, sendo que o programa se estende apenas até trinta e um de julho de 2017.

Depois voltar a sublinhar que esta verba tem caráter de subsídio à exploração e a justificação assenta, volto a dizer, na política de preços, nos descontos aos munícipes, às entidades associativas sem fins lucrativos com sede no concelho, mas contempla ainda a realização de protocolos com escolas da rede pública dos segundos e terceiros ciclos e de ensino secundário isentando-as de qualquer pagamento e ainda protocolos com outras entidades, Associação de Bombeiros de Pinhal Novo, Destacamento Territorial de Setúbal da GNR, possibilitando aos agentes dos três postos também beneficiarem de descontos.

Depois muito importante, porque foi uma inovação já no último ano letivo com grande sucesso, é que compete depois ao primeiro outorgante através deste segundo outorgante, Palmela Desporto, a garantia do funcionamento e da dinamização do programa "Aprender a Nadar" que é uma parte do programa curricular das expressões no primeiro ciclo; a cedência gratuita do campo de jogos de Palmela no contexto da colaboração firmada com o primeiro outorgante, e com outras entidades, quer para a organização de algumas das iniciativas que aqui constam mas também de uma utilização através dum conjunto de equipas e de determinado número de praticantes e de um determinado número de horas anual que permite a vários clubes do nosso concelho essa mesma utilização sem custos para os clubes, porque os custos estão imputados no subsídio à exploração.

Temos, depois, os aspetos atinentes à eficácia e à eficiência com metas a atingir, porque os objetivos passam também um pouco por isso redução do número de reclamações, o respeito pelas orientações estratégicas e o aumento do número de praticantes, da qualidade da prestação de serviços, a garantia da realização do programa "Aprender a Nadar", que certamente vai aumentar o número de ano para ano letivo, e como eu dizia ainda há pouco no âmbito do programa municipal de desenvolvimento do associativismo também as tais metas indicadas que é o número de horas, o número de praticantes e o número de equipas que deverão utilizar os nossos equipamentos.

De uma maneira geral para que não ficássemos só por aquelas coisas que perpassam que é um subsídio, é para financiar a Palmela Desporto, não é para financiar orientações estratégicas que dizem respeito ao desenvolvimento e ao fomento desportivo, também, no concelho, por via da utilização e da gestão dos equipamentos e do conjunto de programas em que esta entidade é também nossa parceira e, sobretudo, grande executante.

Disse, Sra. Presidente, e estou disponível para as questões que entendam ser colocadas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta. Quem deseja usar da palavra? Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Técnicos da Câmara, Srs. Jornalistas.

A posição do Partido Socialista vai no seguimento da posição também já tomada pelos Vereadores em reunião de Câmara e vamo-nos abster porque desde sempre quer a nível de gestão quer a nível dos trabalhadores e trabalhadoras da Palmela Desporto há um esforço para manter a qualidade dos serviços, a verdade é sentimos a necessidade que haja da Palmela Desporto um investimento quer na manutenção quer na expansão dos mesmos.

Nós achamos que Palmela tem um défice ainda de equipamentos, precisa modernizar os que tem e a nossa abstenção passa um pouco pela necessidade de no futuro se pensar num contrato-programa de investimentos nesta área. Acho que Palmela e a juventude, nomeadamente, mas não só, a população merece mais e melhores equipamentos para a prática desportiva seja ela a que nível for, seja recreativa, seja de manutenção, seja competitiva, pelo que pensamos que é altura de se pensar no contrato-programa de investimentos nesta área. Daí o nosso investimento reconhecendo mais uma vez, e repito, e para terminar o esforço e a competência de quem gere a Palmela Desporto e de quem nela trabalha. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção? PSD/CDS tem a palavra a Sra. Membro Rosa Pinto".

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A nossa posição ao longo dos anos, embora muitas vezes não com os mesmos eleitos embora esteja já cá há uns anos, muitas vezes votamos contra a proposta discordando da filosofia e do protocolo que a Câmara celebrava. Efetivamente, pelo menos, em termos de redação e de anexos temos que reconhecer que os objetivos atuais têm uma dinâmica maior esperando que consigam ser cumpridos. Consideramos, no entanto, que podemos ir mais longe. Podemos ir mais longe em termos de abrangência do concelho.

Já no último documento que veio aqui a esta Assembleia questionámos, já não me recordo bem o que é que o Sr. Presidente disse na altura acerca de porque é que só a Associação de Bombeiros de Pinhal Novo é que era abrangida e se as outras associações não pretenderam ser abrangidas ou que é que se passou.

Ao ser aqui agregado também o movimento associativo esperemos que o desporto chegue a mais gente, embora muitas vezes discordemos também da filosofia da criação desta empresa e sempre isso dissemos. No entanto face à gestão dissemos também aqui que considerámos essencial ser contido no protocolo, embora a Câmara possa solicitar isso a todo o tempo, vir também a informação à Assembleia, tornamos a repetir o que já dissemos, semestralmente com os objetivos atingidos para assim podermos ter uma ideia do cumprimento dos protocolos.

Reiteramos a posição afirmada já no ano passado, portanto estamos a repetir o que já dissemos, e vamo-nos abster independentemente de reconhecer que as pessoas que trabalham na Palmela Desporto têm toda a competência e muitas vezes a sensação é que a própria Câmara tem que dar um bocadinho mais de dinâmica. Notamos que neste protocolo isso está a ser tentado e esperemos melhorias futuras, é nesse sentido da abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção, por favor? Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente. Permita-me na sua pessoa cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela, Membros do Executivo, Membros da Assembleia Municipal, Jornalistas, Público e Funcionários aqui presentes.

Permita-me dizer alguns considerandos sobre esta proposta. É um contrato celebrado entre a Câmara e a Palmela Desporto, nós parecia-nos que poderia ser mais ambicioso no sentido em que se podia proporcionar que mais munícipes do concelho de Palmela pudessem estar abrangidos por este contrato-programa. Contudo para que não causemos obstáculo à boa fruição deste contrato-programa entre a Câmara Municipal e a Palmela Desporto vamo-nos abster. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Pergunto ao Sr. Presidente se quer acrescentar alguma coisa após estas intervenções?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pedia autorização a V.Exa. para usar da palavra. Não houve propriamente nenhuma pergunta objetiva sobre a natureza, o objeto e cláusulas do presente contrato-programa mas permita-me Sra. Presidente dizer aos Srs. e Sras. Membros da Assembleia que importa conhecer o enquadramento do contrato-programa.

Isto não é uma questão de paixões e de emoções, é preciso conhecer que existe uma legislação, que é a Lei 50/2012, que define como é que é feito o financiamento, como é que são alcançados os resultados, como é que são medidos e, portanto, é nesses termos que um instrumento desta natureza tem de ser enquadrado e baseado.

Depois, também, esclarecer que as questões de investimento que no passado também nós pensávamos que podiam ser objeto de outro tipo de contratualização não podem ser neste momento. Folgo em saber que há disponibilidade dos Srs. Membros da Assembleia, em particular do Partido Socialista, para acompanharem propostas futuras que tenhamos de aumento do subsídio à exploração porque o investimento vai ter que ser feito através do aumento do subsídio à exploração, não há outra forma de o fazer porque a lei obriga a que seja dessa forma ou com os resultados. É porque isto passou a ser tratado numa lógica perfeitamente liberal, se a empresa tiver lucros investe, não é? Quando a generalidade das empresas municipais, e a nossa felizmente tem feito um percurso de grande rigor na gestão e tem mantido equilíbrio, até têm sido extintas porque não conseguem atingir um conjunto de resultados e de indicadores. De facto a gestão da Palmela Desporto tem tido o mérito de saber, mesmo nestes anos mais difíceis, conseguir manter a empresa perfeitamente no caminho da sua viabilidade. Mas folgo em saber que há essa disponibilidade.

Por outro lado dizer que trabalhamos nesse sentido, porque já tive oportunidade de dizer em reunião de Câmara que no âmbito da eficiência energética a Palmela Desporto, o Município, a ENA e até no âmbito do PO SEUR nós temos candidaturas previstas para promover investimento nos equipamentos da Palmela Desporto.

Quanto ao défice de equipamentos desportivos no concelho em geral, eu creio que é preciso contabilizar o que existe, contabilizar aquilo que existia e contabilizar aquilo que também nos últimos dois anos já passou a existir e que felizmente há de continuar a existir e a fazer-se mais e a ser reabilitado. Há, de facto, um conjunto de investimentos que passam também por investimentos que não têm que ser necessariamente públicos e o Município também apoia entidades desportivas, e outras, a terem equipamentos para estarem ao serviço da comunidade, pelo que temos que contar também com esses equipamentos assim como os equipamentos educativos, não é, que também devem estar ao serviço da comunidade sobretudo quando existirem. Olhe, existe já um, por exemplo, que ninguém fala. Sabe que o relvado sintético da Escola Básica José Maria dos Santos foi realizado com comparticipação do Município aqui há alguns anos? Infelizmente pouca gente abre a porta à comunidade, enfim, isso é outra conversa.

Mas para lhe dizer que é pública a posição do Município e que foi até secundada também por V.Exas. da disponibilidade do Município para contratualizar um contrato-programa com o Ministério da Educação para o pavilhão da Secundária de Palmela. Proposta de contrato-programa que o senhor diretor-geral dos

equipamentos dos estabelecimentos escolares vai receber até dia quinze de agosto, porque estive reunido com ele há cerca de uma semana.

Dito isto, penso que temos aqui um contrato-programa baseado em indicadores sérios, em objetivos ainda assim ambiciosos e no âmbito do reforço do investimento há que considerar que temos hoje um quadro legislativo diferente porque a lógica do Município construir mais equipamentos e entregar à Palmela Desporto é um caminho que ainda estamos a ver se é possível fazer mas do Município pagar diretamente as obras dos equipamentos da Palmela garanto-lhe que provavelmente não é possível. Mais, eu até estou ansioso por terminar a reunião e ir abrir um anexo que tenho no meu e-mail, que tive oportunidade hoje de reencaminhar para o Sr. Presidente também, porque todos os dias saem alterações legislativas. Recebemos ainda há pouco um pacote, mas eram tantas que eu não vi. Altera a Lei 75, altera a Lei 50/2012, altera a Lei das Finanças Locais, altera tudo isto. Agora é tudo assim já não é preciso Assembleia da República vai por decreto, e por portarias e é todos os dias e eu até espero que não prejudique o caminho que entretanto começamos a construir e que não prejudique depois o visto do Tribunal de Contas sobre este contrato.

Muito bem, dito isto Sra. Presidente eu creio que esta é uma matéria que tem que ter uma abordagem diferente daquela que tivemos nos últimos anos porque hoje também há um enquadramento legal diferente e ficaremos todos muito mais habilitados a discuti-la se conhecermos melhor os pressupostos desta legislação. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Vamos então votar Sras. e Srs. Membros da Assembleia?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU e treze abstenções (oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO DOIS – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: FIT - Fomento da Indústria do Tomate, S.A.; Procº E-288/59; Local: Águas de Moura

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A segunda proposta Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, vou tentar, enfim, fazê-lo de uma forma resumida. Trata-se de interesse público municipal na regularização de um estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei 165/2014. São situações em que se verifica a desconformidade com instrumentos de gestão territorial, ou com servidões administrativas ou restrições de utilidade pública para entidades que têm um título válido mas que estão impossibilitadas de alterar, ou de ampliar as suas instalações e estamos a falar de atividades económicas com condicionantes do ordenamento do território.

Nesse sentido para se instruir este pedido, e reforçoo que nós não estamos aqui a deliberar nada porque esse escrutínio é feito depois noutra sede e noutras instâncias, é necessário que sob proposta do Município a Assembleia Municipal delibere, fundamentando, o reconhecimento do interesse público municipal da regularização deste estabelecimento industrial e temos, naturalmente, que ponderar quanto à importância da atividade a regularizar de modo a fundamentar esse reconhecimento, perceber se por uma questão de inconformidade de ordenamento do território se os custos entre desativar a atividade, fechar a atividade, os

impactos que isso tem, positivos ou negativos, têm que ser compaginados com uma avaliação da importância da manutenção da sua atividade, manutenção naturalmente em termos económicos, sociais para o território.

Depois temos as razões que levam então a este pedido de interesse público, é um problema de índice urbanístico atribuído pelo PDM a partir da entrada em vigor do PDM, sendo que esta atividade até se desenvolve no local desde 1958. Aquando do PDM de 1997 o prédio onde se encontra esta instalação industrial ficou parcialmente integrado em reserva ecológica e em reserva agrícola e isto impede aqui a modernização e a ampliação das instalações da FIT que todos reconhecem a importância que tem até para o escoamento duma das grandes produções das freguesias mais rurais do nosso território.

Depois indicadores que são obrigatórios aduzir na fundamentação, são os atinentes à faturação com oito a nove milhões de euros em 2012/2013, quarenta e um trabalhadores diretos e depois cento e oitenta indiretos durante a época do tomate.

Também importa sempre esclarecer que esta instalação industrial tem várias licenças emitidas, não está propriamente numa situação de ilegalidade de funcionamento, não. Tem licença de exploração industrial, tem licença ambiental e tem alvarás de utilização como podeis verificar datadas de 1957/1958 e estas coisas hoje não se conformam com as novas exigências, daí a necessidade de ampliação e de regularizar até coisas que já lá estão feitas.

E pronto, de uma maneira geral tentei resumir a proposta e propõe-se que a Assembleia possa deliberar favoravelmente neste reconhecimento de interesse público municipal."

A **Sra. Ana Filipa Sobral da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21,16 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta quem quer intervir?

Partido Socialista, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Muito rapidamente só para no seguimento de outras propostas idênticas e similares a esta, dizer que o PS vai votar a favor.

Logicamente há aqui interesses não só de desenvolvimento social e económico, como vem na proposta referido para o concelho, há uma atividade produtiva, há uma unidade industrial já desde 1958 e que, talvez o mais importante, para além de gerar riqueza para o território gera emprego, nomeadamente quarenta e um trabalhadores que se calhar nunca seria compreensível e muito menos numa situação como que nós vivemos hoje que esses quarenta e um trabalhadores pudessem ter em causa os seus postos de trabalho por uma questão meramente legal ou pseudo legal, por isso votaremos a favor em defesa dos interesses desses quarenta e um trabalhadores e dos cento e oitenta que, como vem referido na proposta, temporariamente desenvolvem as suas atividades por altura da apanha do tomate. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada. Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigada Sra. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, nós no bloco de Esquerda temos aqui algumas dúvidas e gostávamos que fossem esclarecidas por V.Exa.

Em primeiro lugar há quanto tempo é que esta empresa expandiu a área coberta das suas instalações e que se encontra neste caso em incumprimento do antigo PDM, salvo erro que foi aprovado em 2006."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Em 1997."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Em 1997? Ok.

Depois, porque é que numa altura em que estamos em processo de revisão do PDM, que será concluído em 2017, se está com urgência em trazer a esta Assembleia um Decreto-lei do atual Governo PSD/CDS, criado em 2014, que permite a várias empresas ultrapassarem ilegalidades até aí existentes estando com as suas áreas de produção, ou de exploração, em cima da RAN (Reserva Agrícola Nacional) ou REN (Reserva Ecológica Nacional).

Depois, eu gostava de saber Sr. Presidente se não nos podia facultar plantas mais explícitas do que estas. Veja, por exemplo, nesta planta a segunda anexo dois, que é o extrato da planta de condicionantes, tenho aqui um borrão nesta figura. Sinceramente não percebo, eu tento seguir a legenda mas não percebo. Aqui eu peço que de uma próxima vez tentem trazer um anexo mais explícito.

Depois, Sr. Presidente, tendo em conta o interesse público que esta exploração industrial representa para vários agricultores, pequenos e médios agricultores, da área rural do Concelho de Palmela, o Bloco de Esquerda, neste, caso irá votar abstenção.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? PSD/CDS tem a palavra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Antes de mais boa noite a todos, que eu há pouco esqueci-me de cumprimentar na pessoa da Sra. Presidente todos os presentes.

Efetivamente, nós, vamos votar favoravelmente, independentemente das respostas que o Sr. Presidente vá dar às questões levantadas porque já sabemos a resposta, não temos questões sobre isso

No que diz respeito à planta nós queríamos referir que o anexo dois não vem visível, não tem leitura nenhuma. É claro que podíamos ter pedido um outro, mas em dois dias nem sempre é possível Sr. Presidente porque sabe bem que estes documentos são dados às vezes um bocadinho em cima da hora, não é?

Iremos votar favoravelmente na senda e com a coerência com que temos votado as outras propostas nas diversas freguesias do concelho e, portanto, também nessa base. Efetivamente, pelos vistos também há Decretos-lei deste Governo que afinal não são tão maus como isso embora seja de 2014 trazer-se isto em 2015 não é o mau e o PS que se congratula com esta medida também a devia ter tomado em devido tempo. E é só, muito agradecida."

O **Sr. Simplício Piteira da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21,22 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão? Mais alguma intervenção? Então Sr. Presidente, só para responder às questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, muito obrigado terei todo o prazer.

Relativamente àquilo que está em desconformidade com o PDM não consigo dizer-lhe qual é a área. Ainda no meu tempo de Vereador da Administração Urbanística sabia de algumas intervenções em instalações técnicas e que tinham que ver também com a própria implantação até de sistemas ambientais nomeadamente depuração de águas de tratamento duma ETAR, porque aquilo tem que ter um tratamento muito apurado e tem que ser fiscalizado porque depois as lavagens do tomate vão para a ribeira de Marateca. Eu sabia que as próprias exigências e os equipamentos que eram exigidos para ter a certificação ambiental não era possível serem instalados no local porque incumpriam. Faço-me entender? Ou seja, por um lado era exigido aquele equipamento, mas por outro lado aquele equipamento não pode ser licenciado porque toca num pedacinho de terreno que está afeto à REN.

Bom, sobre a REN que temos no nosso Concelho espero que a próxima seja melhor porque em alguns locais existe alguma incongruência e existe também à época sobretudo nos PDM's dessas épocas que eram desenhados à mão em que uma linha em tinta-da-china dois milímetros ao lado eram cinquenta metros de diferença no terreno. Temos várias situações dessa natureza mas não é isso que quero aqui aduzir para tentar justificar a importância deste reconhecimento porque também não me compete fazer Sr. Membro da Assembleia, esta é uma prerrogativa que assiste legalmente às empresas e o Município considerando estes fundamento que aqui estão da importância, considera que vale a pena submeter à Assembleia Municipal e vós sois soberanos nesta matéria.

Mas eu quero, ainda assim, voltar a chamar a atenção para dois aspetos. Isto só decorre porque, efetivamente, as revisões dos planos, os *timings* de aprovação dos regimes, o próprio regime acabou de mudar, o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial mudou, a lei dos solos tem meia dúzia de meses e já está completamente obsoleta. Tomamos hoje, por unanimidade, uma posição no concelho metropolitano a tentar que o Governo reveja as asneiras que foram feitas naquela lei sob pena de parar todos os processos de PDM que até já estão quase no final, entre outras matérias até questões relacionadas com AUGI's que acabou de ser feita uma alteração à lei, infelizmente não seguiram propostas apresentadas pelo meu partido no sentido de olhe, por exemplo, de reduzir o IVA na obras de urbanização das AUGI's de vinte e três para seis por cento que era um excelente contributo para que as comissões de administração pudessem ter melhores condições económicas para terminar as suas obras, à semelhança aliás do que a Câmara faz porque aprovou aqui, por unanimidade, reduções de taxas para ver se os processos andam mais depressa.

Voltando à questão, estas questões das atividades económicas muitas vezes não são compagináveis a tempo e horas com o ritmo da alteração dos instrumentos. Existem fichas de revisão ao PDM sobre estas, e outras, unidades industriais e habitações de particulares, enfim que são todos tratados de igual forma, que apontam para a possibilidade de integrar isso na revisão sem quaisquer impactos negativos para a qualidade ambiental do território e ainda assim, na concertação com as outras entidades, nem todas passam.

Depois, talvez, seja importante fazer aqui alguma pedagogia sobre este aspeto. Nós aprovámos a REN bruta há mais de um ano e eu, na semana passada, tive que escrever para o Sr. Presidente da CCDR que ainda estamos à espera da resposta da CCDR sobre a REN bruta, sem a qual não conseguimos fazer a outra específica porque estamos a terminar o PDM. Estamos sempre a terminar, na semana passada estávamos a terminar mas não terminámos, era esta semana não terminámos ainda. Já pedimos a reunião da comissão de concertação que é para obrigá-los a convocar a reunião de concertação com as entidades todas porque aí levam com os cento e não sei quantos caixotes em cima da mesa e têm que começar a estudar aquilo e a marcar as sucessivas reuniões. Mas ainda não veio a resposta da REN bruta. Ora há situações para o país e, nomeadamente, na atividade económica que a não serem resolvidas com outros mecanismos mais ágeis se tivermos à espera mais três, ou quatro ou cinco anos para conseguir o PDM ideal é evidente que o investimento desaparece e tudo isto pára, mas eu creio que vale a pena percorrer este caminho.

Mas sobre o mérito do Decreto-lei, e já que entrámos aqui numa brincadeira sobre quem devia fazer e não fez e quem aproveita, é conhecida a posição da Câmara, a minha, a da Sra. Vereadora do Pelouro que já por mais do que uma vez utilizou uma expressão que me ficou no ouvido *"isto é um funil"*, que no início é muito largo, as empresas andam todas entusiasmadas, mas o funil vai começar a estreitar. Isto é apenas um

início, até chegar ao fim da linha não sei se isto vai salvar empresas ou se isto visa mesmo salvar alguma coisa, não sei mas vamos ver o que isto vai dar.

Depois, quanto à digitalização peço-vos desculpa. Eu próprio recebi nas mesmas condições. Quando assim for, porque embora isto vá digitalmente vai digitalizado duma cópia a preto e branco, e atenção estamos a falar de um PDM que tem estas manchas precisamente a preto e branco, e com a sucessiva reprodução torna-se inelegível. Nestas circunstâncias, quando assim for, façam favor junto do Gabinete de Apoio à Presidência dizer que querem uma cópia a cores e nós procuraremos disponibilizar no curto espaço de tempo possível. Mas, por acaso, todas as propostas têm vindo assim fotocopiadas e eu próprio as recebo nas mesmas condições que o senhor e não me tinha apercebido, de facto, dessa dificuldade mas estamos disponíveis para fazer chegar nas condições que considerem que são melhores e mais legíveis.

Dito isto, Sra. Presidente, não acrescentaria mais nada e vamos, sobretudo, ter a expectativa que tudo corra bem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e duas abstenções do BE. Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e trinta e um minutos, da qual se lavrou a presente ata, que eu **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos dezasseis de julho de dois mil e quinze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete